

Diálogos possíveis entre Questão Racial e Educação Democrática: notas sobre Florestan Fernandes

Patricia Costa Pereira Da Silva¹

Resumo

Através dos estudos realizados pelo sociólogo Florestan Fernandes no contexto social das décadas de 1940 a 1960, este artigo apresenta uma reflexão sobre a questão racial e a educação democrática no Brasil. Objetivou-se fazer uma análise da contribuição de Florestan Fernandes para construção de uma educação democrática que proponha a inclusão racial. É possível compreender que o mesmo pretende a educação como problema social, assim como a entende como instrumento capaz de promover a mudança social. Conclui-se que a educação é um dos mecanismos para conscientizar a população sobre a questão do racial e anular as desigualdades raciais. O presente estudo elegeu a pesquisa bibliográfica como metodologia a pesquisa.

Palavras-chave: questão racial. Educação democrática. Desigualdades

Possible dialogue between Racial Issue and Democratic Education: considerations about Florestan Fernandes' thoughts

Abstract

Through studies conducted by sociologist Florestan Fernandes in the social context of the decades from 1940 to 1960, this article presents a reflexion about race and democratic education in Brazil. The objective was to make an analysis of Florestan Fernandes' contribution to building a democratic education, which one propose racial inclusion. Florestan understands the education as a social problem, as well as understand as an instrument to promote social change. We can conclude that education is one of the mechanisms to raise the social conscience about the racial issue and abolish racial inequalities. The methodology elected to the present study is literature search.

Keywords: Racial issue. Democratic education. Inequalities

1 Considerações Iniciais

¹ Doutoranda em Educação da Universidade Federal Fluminense, com estágio sanduíche na Ohio University; Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, é Pedagoga da Escola de Serviço Social da UFRJ.

O negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira.

(FERNANDES, 1989, p.23)

O objetivo do presente artigo é apresentar algumas reflexões sobre a questão racial na sociedade brasileira e a educação democrática, sob a égide teórica de Florestan Fernandes. Pretende-se perpassar pela concepção de Florestan sobre a educação como caminho para o processo de mudança social e, sobretudo, como instituição social capaz de conscientizar a população quanto à questão da inclusão/exclusão racial e a discriminação sofrida pela população negra na sociedade.

Estabeleceram-se as seguintes questões norteadoras para o estudo apresentado no presente artigo: qual é a contribuição de Florestan Fernandes para a construção de uma educação democrática que contemple a inclusão racial? Como seu pensamento aproxima a questão racial da educacional? O presente estudo elegeu como metodologia a pesquisa bibliográfica e representa um produto final das discussões realizadas na disciplina Teoria e Educação II do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

Estruturalmente, o artigo está organizado em duas partes: “A questão racial em Florestan Fernandes: um breve esboço”, onde será apresentada uma breve elocubração a respeito do pensamento de Florestan sobre a questão racial no Brasil; e, “A questão racial na educação democrática: alguns aspectos”, onde será realizada uma reflexão sobre as bases e os pressupostos da educação democrática em Florestan e suas articulações com a questão racial brasileira.

2 A Questão Racial em Florestan Fernandes: um breve esboço

*Negro velho quando morre
Tem cantiga de xexéu
Permita Nossa Senhora
Que negro não vá ao céu.²*

² Trata-se de uma quadrinha recolhida por Florestan Fernandes no bairro Bela Vista, na cidade São Paulo, que sinaliza as posições ridicularizadoras dos traços físicos do negro na tradição popular. (In: O negro no mundo dos brancos. São Paulo: 2007, p. 242).

Florestan debruçou-se, ao longo de sua trajetória, ao estudo da sociedade brasileira e da questão racial. Em suas obras³, o autor denuncia a supremacia dos brancos, acusa a acomodação e o imobilismo racial vigente e seu papel no sentido de prejudicar o negro na conquista de seu lugar como protagonista de sua própria história. Para o presente artigo, foram eleitos três pontos do pensamento de Florestan sobre a questão racial para serem problematizados, a saber: a integração do negro no pós-abolição: a (não) metamorfose do escravo; o preconceito racial como resquício do regime escravagista; e, o mito da democracia racial

2.1. A integração do negro no pós-abolição: a (não) metamorfose do escravo

*Negro preto, cor da noite
Cabelo de pixaim
Pelo amor de Deus, te peço:
Negro não olha pra mim.*⁴

Para analisar o pensamento de Florestan a cerca dos dilemas da questão racial, faz-se mister remontar o cenário histórico do Brasil no momento em que o pensador lançava novas propostas de entendimento das relações raciais brasileiras.

A abolição da escravatura em 1888⁵ desfrAGMENTOU a estabilidade da ordem social escravagista e fez emergir novas conformações na estrutura social geradas pela vida urbano-industrial, mudando aos poucos a composição da massa trabalhadora e o tipo de integração no sistema de trabalho. Por outro lado, a abolição, ainda que tenha transformado a situação jurídica dos negros, não provocou diretamente uma mudança na estrutura das ocupações de posição social de negros e brancos, tornou-se uma condição quase estamental dentro do regime de classes instaurado, onde:

(...) negro e escravo confundem-se. Na linguagem cotidiana, principalmente nas das pessoas que pertenciam à camada senhorial, elas eram noções sinônimas e intercambiáveis. Está em marcha o fetichismo da cor. Negro equivalia a indivíduo privado de autonomia e liberdade; escravo correspondia (em particular do século 18 em diante), a indivíduo de cor. (BASTIDES, FERNANDES, 1959, p.113-114).

³ Ver *O significado do protesto negro* (1989) e *O negro no mundo dos brancos* (2007)

⁴ Trata-se de uma quadrinha recolhida por Florestan Fernandes no bairro Bela Vista, na cidade São Paulo, que sinaliza a extrema limitação do negro na vida social. (*In: O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: 2007 p. 242).

⁵ Florestan fez severas críticas à Abolição, conforme pode ser visto no seguinte trecho: “(...) desnuda, nas décadas de 30 e 40, como uma falácia social. A Abolição não passara de uma artimanha, pela qual os escravos sofreram a última espoliação”. (1989, p.32).

E, neste caso, a desigualdade não é apenas elemento hereditário, mas algo constitutivo da sociedade:

A estrutura racial da sociedade brasileira, até agora, favorece o monopólio da riqueza, do prestígio e do poder pelos brancos. A supremacia branca é uma realidade no presente, quase tanto quanto o foi no passado. A organização da sociedade impele o negro e o mulato para a pobreza, o desemprego ou o subdesemprego, e para o trabalho de negro. (FERNANDES, 2007, p.90).

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil e a consequente ascensão da burguesia, vê-se na sociedade uma reorganização do trabalho e o fortalecimento de uma classe que defendia os interesses do capital. A acumulação de riquezas exigia dos trabalhadores uma postura competitiva que, pelas condições postas pelo regime escravocrata, não permitiam que os negros se integrassem.

O negro competia em flagrante desvantagem com os brancos. Restavam, aos negros, funções nas casas de família, no comércio e na indústria, o que ampliou ainda mais as bases do desajustamento e da inadequação à nova ordem social. A luta dos negros por um espaço naquela sociedade era desumana; estavam sozinhos. O Estado, por sua vez, não propôs nenhum plano de assistência ou fomentou alguma política pública que visasse à inclusão dos ex-escravos na sociedade de classes que emergia.

A elite tomou para si o controle da competição de oportunidades e criou uma ordem social paradoxal, cuja estrutura abriga, de forma simultânea, a lógica estamental e a lógica competitiva. O desajustamento estrutural e persistente do negro demonstra a natureza complexa da constituição do que Florestan chamou de ‘ordem competitiva no Brasil’.

Em consequência disso, Florestan analisa a abolição como um fato histórico que, embora entendido por muitos estudiosos como a libertação dos escravos, constitui-se mais em uma forma de escravidão camuflada em liberdade. De acordo com Florestan:

(...) a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (1978, p.20).

O desenvolvimento da economia competitiva em São Paulo fez fracassar as expectativas dos negros, uma vez que eles não estavam preparados, dentro de um quadro de concorrência, para enfrentar a adaptabilidade do trabalhador importado para aquelas tarefas condizentes com a nascente economia capitalista. Portanto, as oportunidades econômicas não seriam igualmente

desfrutadas pelos grupos raciais em função do ponto de partida assimétrico a que foram submetidos, conforme afirma Florestan:

(...) o regime escravista não preparou o escravo (e, portanto, também não preparou o liberto) para agir plenamente como “trabalhador livre” ou como “empresário”. Ele preparou-o, onde o desenvolvimento econômico não deixou outra alternativa, para toda uma rede de ocupações e de serviços que eram essenciais mas não encontravam agentes brancos. Assim mesmo, onde estes agentes apareceram (como aconteceu em São Paulo e no extremo sul), em consequência da imigração, em plena escravidão os libertos foram gradualmente substituídos e eliminados pelo concorrente branco. (1978, p.51-52).

As análises empreendidas por Florestan são as primeiras a apresentar o dilema racial brasileiro em profundidade. É nessa perspectiva que Florestan demarca a necessidade de se repensar a democracia brasileira, revendo a questão racial.

2.2. O preconceito racial como resquício do regime escravagista

Antigamente todos os homens eram pretos. Uma vez Deus resolveu premiar o esforço de cada um sem nada ter dito a eles: mandou-os atravessar um rio. O mais esperto, e que tinha mais fé, executou logo as ordens de Deus, atravessando o rio a nado. Quando saiu do outro lado estava completamente branco, que era uma beleza. Outro, quando viu o que aconteceu ao irmão, também correu para as águas do rio, fazendo a mesma coisa que ele tinha feito. Mas a água estava suja e ele saiu do outro lado apenas amarelo. O terceiro também quis mudar de cor, imitando os dois irmãos. Mas, como a água estava muito mais suja e quando ele chegou do outro lado viu com desgosto que estava apenas mulato. O quarto, muito molenga e preguiçoso, quando chegou ao rio, Deus já o tinha feito secar. Então ele molhou os pés e as mãos, apertando-os sobre o leito do rio. É por isso que o preto tem só as palmas das mãos e as solas dos pés. (FERNANDES, 2007, p.240).

O trecho acima é uma pequena lenda popular do folclore da cidade de São Paulo – mais especificamente do bairro do Pari –, intitulada “Origem das Raças”, que foi relatada por Florestan Fernandes em sua obra “O negro no mundo dos brancos”. A lenda evidencia a forma jocosa em que a população negra é social e coletivamente referida e, através da ludicidade, disfarça o preconceito que sempre perpassou pelo pensamento brasileiro. Essa maneira de pensar, que coloca o negro num posicionamento social inferior ao branco, representa uma ideologia racial.

Na obra supracitada, Florestan faz referência a diversos elementos da tradição oral para compreender o estatuto das relações raciais no Brasil, uma vez que estes elementos “não só explicam no folclore brasileiro o negro como sendo etiologicamente inferior ao branco e de

inteligências e aptidões inferiores, como também há uma tentativa de explicação dos traços físicos diferentes”. (*ibidem*, p.242).

Ainda que Florestan evidentemente atribua ao novo modo de produção a exclusão do negro do mercado de trabalho, ele não deixa de assinalar que há a sobrevivência de arcaísmos do passado no interior da ordem social competitiva. Em outras palavras, havia a persistência do passado, uma vez que as relações estruturais entre negros e brancos eram as mesmas encontradas antes da abolição. Deste modo, Carlos Hasenbalg, em seu livro “Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil”, coloca que:

(...) o preconceito e a discriminação racial apareceram no Brasil como consequências inevitáveis do escravismo. A persistência do preconceito e discriminação após a destruição do escravismo não é ligada ao dinamismo social do período pós-abolição, mas é interpretada como um fenômeno de atraso cultural, devido ao ritmo desigual de mudança das várias dimensões dos sistemas econômico, social e cultural. (1979, p.72).

Na ótica de Florestan, as desigualdades sociais seriam resolvidas à proporção que os negros fossem integrados à economia de mercado e as distinções sociais entre brancos e negros dessem lugar a uma situação de igualdade nas oportunidades de ocupação, renda e educação:

Fernandes argumenta que o modelo arcaico de relações raciais só desaparecerá quando a ordem social competitiva se libertar das distorções que resultaram da concentração racial de renda, privilégio e poder. Assim, uma democracia racial autêntica implica que negros e mulatos devam alcançar posições de classe equivalentes àquelas ocupadas por brancos. (HASENBALG, 1979, p.74)

É inegável que Florestan apresenta uma interpretação bastante dinâmica da realidade brasileira e, portanto, considera a eliminação do racismo um acontecimento necessário ao pleno desenvolvimento da economia competitiva. Analisando a sociedade tal como ela é hoje, é possível dizer que Florestan foi otimista, ao fazer esta análise, uma vez que, passadas algumas décadas desde a elaboração de sua obra, o racismo persiste na sociedade, que tem se tornado cada vez mais capitalista. Hasenbalg corrobora esta ideia:

(...) visto que o desenvolvimento econômico e a plena constituição da ordem social competitiva são considerados como os principais processos subjacentes à eliminação dos aspectos arcaicos das relações raciais, F. Fernandes é levado a uma visão cuidadosamente qualificada, porém otimista, sobre o futuro das relações raciais brasileiras. (*ibidem*, p.74)

Ao que parece, a finalidade básica do preconceito racial contra o negro era preservar a antiga ordem senhorial. Em outras palavras, negro e escravo se confundiam na representação social. Negro equivalia a indivíduo privado de autonomia e liberdade e escravo correspondia a esse significado. Daí origina a maior proibição que pesava sobre o negro: veto ao acesso aos papéis sociais que pressupunham benefícios ou direitos. O veto era o mesmo para o liberto.

2.3. O mito da democracia racial

Na década de 1930, a ideologia conservadora não considerava a questão da discriminação racial como um problema social e levantava-se a bandeira da democracia racial no Brasil. Os estudos das décadas de 1940 e 1950 apontam que os preconceitos existentes no país eram de classe e não de raça e a noção de democracia racial era confirmada. Em sua maravilhosa obra *O significado do protesto negro*, Florestan afirma que a democracia racial “(...) se tornou um *mores*, como dizem alguns sociólogos, algo intocável, a pedra de toque da contribuição brasileira ao processo civilizatório da Humanidade”. (1989, p.12, grifo do autor)

Os estudos de Florestan apontam para a desmistificação do pensamento de que o Brasil seria um paraíso das relações raciais. Nos anos 1950, Florestan Fernandes e Roger Bastide publicaram “Branco e Negro em São Paulo”, fruto de uma longa pesquisa apoiada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) com o intuito de investigar as relações raciais no país. Nesse trabalho, os autores analisaram a situação do negro e suas relações sociais desde sua chegada ao Brasil, quando se tornam escravos. Além do preconceito, notaram a posição sempre inferior ocupada pelo negro na escala socioeconômica da sociedade brasileira, e a impossibilidade de sua ascensão. Caracterizando, assim, a democracia racial como uma falácia.

Ao falar sobre democracia racial para o jornal “A Gazeta”, em 1966⁶, Florestan afirma:

Na verdade, nos acostumamos à situação existente no Brasil e confundimos tolerância racial com democracia racial. Para que esta última exista não é suficiente que haja alguma harmonia nas relações raciais de pessoas pertencentes a estoques raciais diferentes ou que pertencem a ‘raças’ distintas. Democracia significa, fundamentalmente, igualdade racial, econômica e política. Ora, no Brasil, ainda hoje

⁶ A entrevista foi publicada pelo jornal A Gazeta, pela primeira vez, em 1966. Atualmente, está disponível na Revista USP, São Paulo, n.68, p. 168-179, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/68/14-florestan-joao-oracy.pdf>>. Acesso em: 26/01/2012.

não conseguimos construir uma sociedade democrática nem mesmo para os ‘brancos’ das elites tradicionais e das classes médias em florescimento. É uma confusão, sob muitos aspectos, farisaica pretender que o negro e o mulato contem com a igualdade de oportunidades diante do branco, em termos de renda, de prestígio social e de poder. (FERNANDES, 2006, p.1168).

Para Florestan, esse mito esconde as desigualdades existentes em nossa sociedade e impede que negros se mobilizem na luta por seus direitos:

A ideia de que existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo. No fundo, ela constitui uma distorção criada no mundo colonial, como contraparte da inclusão de mestiços no núcleo legal das “grandes famílias” – ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão social do “mulato”. (2007, p.43)

No entanto, Florestan, ao falar sobre o Movimento Negro⁷, supera a ideia de imobilismo do oprimido e chama atenção para o protagonismo – ainda que diminuto face às novas estruturas sociais – do negro no movimento de luta. Como ele diz, a seguir:

Ao sair do marasmo a que foi atirado o elemento negro no período pós-abolicionista, os movimentos de inconformismo e de protesto negro se voltaram para o reequacionamento do que deveria ser a ordem social competitiva em uma sociedade que se dizia “igualitária”, “competitiva” e “democrática” no plano racial. Por isso, foi o negro — e não o branco — que se tomou o paladino de uma autêntica concepção do radicalismo liberal na década de 30. E, de outro lado, mascarou primeiro a Abolição (1989 p.42-43).

Florestan caracterizou a noção de democracia racial no Brasil como um instrumento de luta de classes para a manutenção do sistema de classes vigente – e outros pensadores o seguiram nessa avaliação, como Carlos Hasenbalg. O mito da democracia racial “(...) expressa algo muito claro: um meio de evasão dos estratos dominantes de uma classe social diante de obrigações e responsabilidades intransferíveis e inarredáveis. Daí a necessidade do mito” (FERNANDES, 1989, p.13) Dentro dessa concepção, o conceito de democracia racial – que a maioria dos estudiosos atribuem a Gilberto Freyre – foi uma forma de impedir as lutas e reivindicações para mudanças sociais: “Os fatos – e não as hipóteses – confirmam que o mito da democracia racial continua a retardar as mudanças estruturais.” (*ibidem*, p.16).

3 A Questão Racial na Educação Democrática: alguns aspectos

*Branco nasceu para o mando
O negro, para trabalhar
Quando o negro não trabalha
Do branco deve apanhar*⁸

Ao analisar a educação brasileira, Florestan Fernandes (1966) compreende que a mesma se mantém como um privilégio social que não beneficia o desenvolvimento democrático da nação. Para ele, os povos modernos tem, através do desenvolvimento da educação escolarizada, uma das ferramentas mais potentes para o seu crescimento.

É possível localizar no pensamento educacional de Florestan pelo menos dois pontos que são importantes para a reflexão da questão racial no projeto de educação democrática, a saber: a educação como problema social; e, a educação como possibilidade de mudança social: a educação democrática. A seguir, os pontos enunciados serão analisados.

3.1. A educação como problema social

Florestan Fernandes estabeleceu um padrão científico nas análises dos problemas sociais no Brasil. Graças a sua contribuição, foi possível inaugurar no Brasil uma inovadora forma de refletir o passado, pensar o presente e construir o futuro. Seus estudos revelaram a formação, o desenvolvimento e as lutas do povo brasileiro. Dentro dessa sociedade complexa, alguns problemas foram detectados e denunciados por Florestan. Aos problemas atinentes especialmente aos negros, Florestan afirma que a população negra “(...) tinha problemas de conquista do emprego, a organização da família, a educação dos filhos e a defesa de níveis mínimos de vida e saúde. Problemas básicos que afetam o negro de maneira muito especial.” (FERNANDES, 1989, p.74). A educação foi um dos graves problemas detectados pelo pensador, como ele afirma em sua obra *Educação e Sociedade no Brasil*:

A educação tornou-se um “problema social” em todas as sociedades que compartilham da moderna civilização, associada à economia de mercado, ao regime de classes sociais,

⁸ Trata-se de uma quadrinha popular recolhida por Florestan Fernandes no bairro de Belém, em São Paulo, que sinaliza a posição do preto e do branco na escala social brasileira. (*In*: O negro no mundo dos brancos. São Paulo: 2007, p.234).

à ordem social democrática, à ciência e à tecnologia científica. (FERNANDES, 1966, p.101).

O desenvolvimento do regime de classes sociais acarretou numa reformulação dos direitos do homem; era necessário, pois, um processo educativo capaz de preparar o homem para o desenvolvimento de atividades especializadas e para se comportar racionalmente em qualquer situação:

Em princípio, todo homem deve estar preparado para colocar suas energias e aptidões intelectuais a serviço da coletividade, independentemente da posição herdada de seus parentes. Doutro lado, a ordem social democrática procura regular o aproveitamento dessas aptidões e energias, estabelecendo como requisito ideal a distribuição equitativa de todas as condições e oportunidades essenciais para a conquista de posições na estrutura de poder da sociedade de classes (*ibidem*, p.101).

Sobre a nova ordem social, Florestan afirma que:

A ciência e a tecnologia científica revolucionaram, por sua vez, as bases materiais e morais da existência humana. Elevaram, simultaneamente, o padrão de conforto e o nível de aspiração do homem, fixando alvos completamente novos para o processo educacional. (*ibidem*, p.101)

Para Florestan, era impossível alienar o desenvolvimento econômico do desenvolvimento educacional. A educação continuava sendo vista como uma forma de conhecimento que tenderia manter a sociedade tradicional, refletindo um sistema societário desigual e que consolidava um processo social seletivo que beneficiava apenas uma pequena parcela da sociedade. Ele afirma que “existe uma interdependência estrutural e dinâmica entre a educação e a sociedade, em consequência da qual: 1º, a educação forma o homem; 2º, o homem define o valor social da educação.” (*ibidem*, p.71).

O entendimento da educação como problema social, segundo Florestan, sempre foi difícil, uma vez que, ainda em meados dos anos 1960, era configurado um olhar sobre a educação que não permitia que ela fosse entendida como um problema social advindo da modernidade:

(...) No Brasil, malgrado as condições adversas à implantação e à utilização eficiente das modernas técnicas educacionais, a reação societária a essa espécie de dilema social continua a ser fraca, intermitente e confinada. A rigor, só os especialistas em educação cuidam dele, na maioria das vezes, de modo assistemático, sem intuítos práticos definidos e com moderada ou nula ressonância nos demais círculos sociais. Em média, o “homem de ação” abstém-se de pensar e de intervir no curso dos “problemas

educacionais brasileiros”, apegando-se a técnicas ou a valores educacionais obsoletos e restringindo-se à análise das deficiências mais flagrantes das escolas ou da rede de ensino. (*ibidem*, p. 102).

Florestan dedica críticas ao caráter elitista da educação brasileira que, mesmo declarando-se democrática, constitui-se, de fato, como um privilégio das classes dominantes, enquanto que a grande massa, que inclui a população negra, enfrenta barreiras para ter acesso à educação e permanecer na escola. Ele apresenta, ainda, a as necessidades educacionais presentes no cotidiano escolar que atingem, com maior intensidade, as camadas sociais menos privilegiadas, tais como:

(...) a tendência ao mau aproveitamento ou ao subaproveitamento dos recursos educacionais de que dispomos, a persistência de critérios anti-democráticos e extra-educacionais na distribuição das oportunidades educacionais, as condições psicossociais ou sócio-culturais do mau funcionamento e do baixo rendimento das nossas instituições escolares, as forças que se opõem ou que favorecem a transformação da educação escolarizada em fator de progresso social, etc. (*ibidem*, p.111).

Na ótica de Florestan, o dilema educacional brasileiro não seria resultante apenas da escassez de recursos para enfrentar os problemas educacionais; era também resultado direto das decisões políticas de grupos sociais específicos que estavam empenhados em selecionar, através de critérios econômicos, sociais e raciais, os indivíduos destinados a aproveitarem as oportunidades de formação escolarizada mais privilegiadas da sociedade brasileira. Como proposta de resolução dos problemas enunciados, ele afirma que:

(...) a educação afeta as condições de existência humana como problema social, sem que o homem possa enfrentá-la como tal, isto é, através de técnicas de atuação social adequadas. Vendo-se as coisas deste prisma, parece mais ou menos claro que o futuro educacional do Brasil depende, diretamente, da formação de novos padrões de reação societária às deficiências educacionais. Enquanto a educação não se converte objetiva, subjetiva e praticamente em problema social, os homens não lutam por ela socialmente nem a integram quanto às formas, aos conteúdos e às funções nos processos histórico-culturais de transformação da ordem social. (*ibidem*, p.113).

Para o pensador, o acesso à educação pública, equânime e de qualidade encontra-se na base da transformação da realidade brasileira. Dentre os objetivos principais do sistema educacional, o autor destaca a formação de uma consciência crítica para os trabalhadores e a massa pobre da população. Para tanto, faz-se necessária a democratização de um ensino, deveras, elitizado.

3.2. A educação como possibilidade de mudança social: a educação democrática

Florestan tomou a educação como objeto de análise científica e como campo de intervenção prática. Observou-a a partir de um quadro amplo que denominou de “revolução social brasileira”.⁹ Esse processo social foi iniciado com a desagregação do modelo escravocrata e a implantação da República, o que deu abertura para o fomento de uma sociedade democrática, igualitária e de respeito à dignidade.

A questão racial na educação objetiva promover a saída da população negra do silenciamento e inseri-la numa posição de protagonismo. Em seus estudos quantitativos, como os que aparecem em “O significado do protesto negro”, Florestan aponta a ausência da população negra no sistema educacional¹⁰. Entre as décadas de 1940 e 1960, Florestan diagnosticou a seletividade presente na educação. Ele a reconhece como um resquício de uma sociedade hierarquizada e afirma:

Em um estudo que fiz, com dados do censo de 1940, descobri que a distribuição desigual das oportunidades vai das ocupações à educação e é tão forte, em termos relativos, em São Paulo quanto na Bahia. Em estudo posterior, sobre dados mais recentes, Eduardo Matarazzo Suplicy constatou a mesma coisa. Não aí, só a “comprovação empírica” de um estudo pelo outro. Há algo pior. Cotejados entre si, os dois estudos demonstram como é lenta a transformação das relações de classe que se cruzam com as relações de raça. E como é urgente que o negro se organize, como o fez no passado (...). (1989,p.22).

Desta maneira, para democratizar a educação, considerando o aspecto racial, é necessário derrubar as barreiras que impedem o acesso da população negra ao ensino em seus diversificados segmentos. O papel de uma educação democrática no Brasil seria uma escola que promovesse a inclusão, que criasse mecanismos capazes de favorecer a permanência nela dos “deserdados da terra”. (FERNANDES, 1989, p.49).

Ainda que não haja nas obras de Florestan referências explícitas à questão da educação da população negra, pode-se entender que o processo de democratização do ensino poderia promover

⁹ A revolução social é uma temática muito presente na Sociologia de Florestan Fernandes e “(...) está presente em boa parte dos seus escritos, umas vezes como desafio teórico e outras como perspectiva prática. Estes são alguns dos seus livros relacionados mais diretamente com esse tema: *A sociologia numa era de revolução social, A revolução burguesa no Brasil, Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana.*” (In: IANNI, Octavio. *A Sociologia de Florestan Fernandes*. São Paulo: 2006, p.02. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100006)

a inserção dos negros na sociedade como sujeitos, usufruindo de plena cidadania. (FOSTER, 2005). Aliás, é possível apreender, a partir da obra “O Significado do protesto negro”, a preocupação do sociólogo em demarcar a especificidade das dificuldades do usufruto das instituições sociais pelos negros pobres, quando se compara aos brancos na mesma condição social afinal:

(...) na desigualdade existem os mais desiguais; e as desigualdades que afetam o negro o afetam em termos de classe, mas também de raça. Por isso, no meu trabalho *Além da pobreza*, saliento que, depois de vencer o limiar da pobreza, o negro tem outros problemas que os brancos não têm. A desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira. (1989, p.74).

Mais a frente, ele completa: “(...) Foi fácil, por exemplo, ao italiano ou ao alemão atravessar a linha de classe. O mesmo não acontece com o negro. Este precisa atravessar duas linhas de resistência, de integração e de dissolução: a da classe e a da raça.” (*ibidem*, p.81).

É importante que os indivíduos socialmente marginalizados tenham acesso aos bancos escolares; é na escola onde há a maior possibilidade de conscientização e mudança social. Contudo, há em Florestan a ideia de igualdade racial como pré-requisito para o desenvolvimento democrático, como ele afirma: “(...) a democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. (1989, p.23)”

Não seria um equívoco afirmar que a democratização da educação é uma temática bastante complexa. Como a instrução fora “(...) um privilégio aristocrático na antiga ordem social escravocrata e senhorial” (FERNANDES, 1966, p.124), a democratização do ensino é, sem dúvidas, um dos problemas mais complexos herdados pelo sistema republicano brasileiro. Então, cabe questionar: o que é democratização do ensino? Segundo Florestan,

Em termos sociológicos, o aspecto central do processo de democratização do ensino está na distribuição equitativa das oportunidades educacionais. Um país tende a democratizar seu sistema de ensino quando procura atenuar ou abolir as barreiras extra-educacionais que restrinjam o uso do direito à educação e o convertam, aberta ou disfarçadamente, em privilégio social. (*ibidem*, p.123).

A expansão predominantemente quantitativa do sistema de ensino brasileiro no início da República multiplicou as velhas escolas:

A democratização do ensino, hoje, já não se confunde com a universalização do ensino primário. Trata-se de democratizar todas as oportunidades educacionais, de estabelecer um pólo popular e operário que compartilhe das mesmas garantias educacionais que se universalizaram nas classes médias e altas. (FERNANDES, 1989, p. 30).

Florestan (*apud* BARROS, 1960) ainda nos alerta para a diferença entre expansão e democratização ao afirmar que:

Democratizar o ensino não significa apenas expandir a rede de escolas mantendo padrões elitistas e o privilégio social. O ensino precisa ser democrático na sua estrutura, na mentalidade dominante, nas relações pedagógicas e nos produtos dos processos educacionais. (p. 163-164).

A ideia de democratização da educação em Florestan Fernandes tem como eixo central a distribuição igualitária das oportunidades educacionais. Esse entendimento reforça a ideia de que, no Brasil, as classes dominantes controlaram (e ainda controlam) a educação com o intuito de manter a maioria da população num nível cultural empobrecido e, marginalizada das decisões do campo político. Aqueles que estavam no poder representavam, na maioria das vezes, a elite. Desta forma,

Não realizamos a reconstrução educacional que se impõe, por que o horizonte cultural dominante é demasiado estreito para pôr em relevo a importância da educação popular de ordem social democrática; mas, doutro lado, não melhoramos a nossa capacidade de compreensão e transformação da realidade educacional brasileira, por que as escolas de que dispomos são incapazes de alterar o horizonte cultural dominante...(FERNANDES, 1966, p. 350).

Ainda sobre a democratização da educação, Florestan traz comentários sobre a política de bolsas de estudo para população socialmente desfavorecida na educação básica. Essa política aproxima-se, em dada instância, das políticas de ações afirmativas para população negra no ensino superior. A referida política de bolsas, segundo Florestan, seria

A alternativa que se impunha, para beneficiar os setores menos privilegiados da sociedade brasileira, seria a concessão de bolsas a alunos pobres — não para pagar anuidades, mas para permitir a freqüência à escola pública gratuita. O subaproveitamento das oportunidades educacionais no Brasil resulta do nível de pobreza da maioria da população, que não está em condições econômicas sequer de aproveitar a escola pública gratuita onde ela exista. Essa alternativa chocava-se, porém, com os interesses egoísticos dos grupos de pressão, que exerceram influência na confecção do projeto de lei e, por isso, não foi considerada. Ela parece ser, não obstante, uma das

vias para as quais precisaremos apelar, para promover o desenvolvimento educacional nos setores pobres da população brasileira, em particular nas regiões menos prósperas do País. (*ibidem*, p. 132-133).

Se a democratização do ensino representou um desafio nos anos iniciais da República e a instrução não alcançou todas as camadas sociais, para a população negra a situação era ainda mais grave pois “(...)foi preciso quase três quartos de século para que negro e mulato encontrassem, em São Paulo, perspectivas comparáveis àquelas com que se defrontaram os imigrantes e seus descendentes.” (FERNANDES, 2007, p.63).

Para Florestan, a plenitude de um Estado verdadeiramente democrático é impossível sem a democratização do ensino. Nesse sentido, ele afirma que “(...) a democratização do ensino pode ser apreciada tanto como requisito da ordem social democrática, quanto como fator de seu aperfeiçoamento”. (*idem*, 1966, p.124). A partir desse pensamento, o autor evidencia a relação estreita entre democracia e a democratização do ensino. Afinal,

É fundamental compreender a educação na sua interseção com a realidade concreta que deve concorrer para eliminar o servilismo, os privilégios, o clientelismo. Só assim ela, verdadeiramente, coaduna-se com os valores e princípios de uma ordem social democrática baseada numa filosofia de igualdade entre os homens, indistintamente de sua condição social, de poder, de raça, de cor e de religião. (FOSTER, 2005, p.147).

Florestan Fernandes propôs a construção de um projeto de educação democrática. Contudo, é sempre desafiador pensar como a questão racial está inserida neste projeto. É notório que Florestan pensa a educação como instrumento que combate as desigualdades vindas desde a colonização. Ele trabalhou o conceito de mudança social em vários aspectos teóricos. Para o sociólogo, as sociedades humanas sempre se encontram em permanente transformação, por mais estáveis ou estáticas que elas pareçam ser. A educação, em Florestan, constituía-se em importante fator de mudança em sentido progressivo:

(...) toda a argumentação desenrolada tenta mostrar que um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil é a persistência de uma mentalidade política arcaica, inadequada para promover ajustamentos dinâmicos não só a situações que se alteram socialmente, mas que estão em fluxo contínuo no presente. A contribuição que a educação sistemática pode oferecer para alterar semelhante mentalidade exprime, naturalmente, as tarefas políticas que ela pode preencher em uma esfera neutra. (FERNANDES, 1974, p. 114).

Para o pensador, “a educação sistemática passou a ocupar posição central entre os fatores que concorrem, estrutural e dinamicamente, para o equilíbrio e a paz social.” (*idem*, 1960, p. 192-193) E completa:

A educação serve à democracia na medida em que se decide usar as técnicas pedagógicas democraticamente, para amparar e expandir as convicções fundamentais da concepção democrática do mundo, formar personalidades democráticas e robustecer tendências do comportamento fundadas no estilo democrático de vida (*idem*, 1966, p. 534).

Para construir um projeto de educação democrática e assim intervir de forma racional e positiva na estrutura e no funcionamento do sistema educacional brasileiro, Florestan propôs a colaboração entre educadores e cientistas sociais. A expectativa, desta interação, era ocasionar a mudança social. Florestan explicitou com clareza qual deveria ser a contribuição dos sociólogos empenhados na questão educacional brasileira:

(...) Numa fase incipiente (em todas as regiões do País), de transição do conformismo tradicionalista para uma concepção democrática e dinâmica da educação, leigos e cientistas sociais vêem-se na contingência de travar um diálogo dramático sobre as raízes econômicas, políticas e socioculturais dos graves problemas educacionais com que nos defrontamos. Para desincumbir-se de suas tarefas, nesse diálogo, o sociólogo precisa ter a coragem de improvisar – de extrair de suas experiências diretas e das raras conclusões empiricamente fundadas ou comprovadas, reflexões que permitam alargar a nossa compreensão da realidade e do sentido das exigências da situação.” (*idem*, 1966, XV-XVI).

Para Florestan, para que a educação cumprisse sua função de promover a mudança social, cabia ao sociólogo contribuir com duas tarefas (FERNANDES, 1966): tornar clara a natureza social dos problemas educacionais brasileiros; e, intervir na realidade para servir à sociedade, numa perspectiva sociológica.

4 Algumas Considerações Finais

Se em Gilberto Freyre (1994) observamos o apontamento da democracia racial, em Florestan Fernandes tem-se a negação da tese freyreana e a afirmação contundente da extrema violência praticada pelo regime de produção escravista sobre os negros.

No conjunto das obras que Florestan produziu durante sua vida acadêmica, nota-se sempre a preocupação com a realidade social das minorias. Neste âmbito, é possível remeter-se às palavras de Foster (2005):

Colocando a população negra na situação geral dos trabalhadores, a discussão acerca da democratização do ensino parte da necessidade de se pensar nas reais condições de escolarização das crianças negras e seus mecanismos de seletividade, uma vez que, historicamente, esses são os grupos que mais sofrem com um processo social desigual que perdura até nossos dias, numa fase de capitalismo avançado e excludente. (p.147).

Nas obras de Florestan Fernandes, não há referências explícitas sobre a educação dos negros. Contudo, é possível empreender, a partir de seus textos, que o processo de democratização da educação poderia promover a inserção igualitária da população negra na sociedade, formando sujeitos que gozam de cidadania plena. (FOSTER, 2005).

Florestan faz críticas severas a seletividade presente na educação na década de 1960. Essa seletividade excluía principalmente a população negra, que é o grupo que, historicamente, mais se depara com os mecanismos de seletividade no nosso sistema educacional. (FOSTER, 2005).

Nesse contexto de alta seletividade educacional – que permanece até os dias atuais –, é que se fomenta o papel de uma educação democrática; em outras palavras, uma educação que promovesse a inclusão, que criasse mecanismos capazes de favorecer a permanência nela dos pobres, dos negros e de todos os oprimidos.

A partir da reflexão sobre os pensamentos e as obras de Florestan Fernandes, foi possível compreender que o mesmo pretende a educação como um dos mecanismos transformadores da realidade social, capaz de promover mudança social, além de fomentar o debate sobre as questões raciais para lutar contra a discriminação sofrida pela população negra no Brasil de maneira eficaz.

5 Referências Bibliográficas

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo, Pioneira, 1960.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e Negros em São Paulo*. 2ª ed. revista e ampliada São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.

_____. PEREIRA, João Baptista Borges; NOGUEIRA, Oracy. *A questão racial brasileira vista por três professores*. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 168-179, dez./fev. 2005-2006. Dossiê Racismo I Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/68/14-florestan-joao-oracy.pdf>>. Acesso em: 26/1/2012.

_____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

_____. *Ensaio de Sociologia Geral Aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960.

_____. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1974.

_____. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. 2ed. São Paulo: Global, 2007.

_____. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FOSTER, Eugênia da Luz Silva. A questão racial e a educação democrática em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados, 2005. Cap. 9, p. 134-148.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 29ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.